

**XVI ENPESS: EM TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO DO CAPITAL, LUTAS,
RESISTÊNCIAS E SERVIÇO SOCIAL
2 A 7 /12 /2018. VITÓRIA – ES**

**RELATÓRIO DO GTP DE SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS
GESTÃO 2017-2018**

EMENTA: Classe, consciência de classe e lutas sociais. Teoria das organizações clássicas dos trabalhadores: partido e sindicato. A teoria clássica dos movimentos sociais e as premissas analíticas dos “novos movimentos sociais”. As configurações das lutas sociais no capitalismo (fase concorrencial e monopólica) e as estratégias de enfrentamento do Estado. Os movimentos e lutas sociais na era da acumulação flexível e do ideário neoliberal. Os movimentos sociais na realidade latino-americana e brasileira: contexto histórico; formas organizativas; objetivos e lutas. Serviço Social, movimentos sociais e projeto ético-político profissional: A inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho. A reflexão teórico-política e interventiva da relação do Serviço Social com os movimentos e organizações da classe trabalhadora. A intervenção profissional nas estratégias de mobilização, organização e participação popular. A organização dos assistentes sociais na sua condição de trabalhador assalariado. A organização política da categoria e sua relação com as lutas e organizações dos trabalhadores.

COMPOSIÇÃO do GTP (biênio 2017-2018):

Nome/ UFA	E-mail
Coordenação geral	
Morena Marques (UNIRIO)	morenamarques@yahoo.com.br
Michelly Elias (UnB)	michellyeliass@gmail.com
Laurinete R. da Silva (UERR)	laurinetersilva@gmail.com
Tassia Monte Santos (UFRN)	tassia.s.social@hotmail.com
Coordenação ampliada	
Katia Marro (UFF/RO)	katiamarro@gmail.com
Maria Beatriz Costa Abramides (PUC/SP)	biabramides@gmail.com
Maria Lucia Duriguetto (UFJF)	maluduriguetto@gmail.com
Sâmbara Paula Ribeiro (UECE)	sambarapaula@hotmail.com

Leile Teixeira (UFRJ)	leileteixeiragyn@gmail.com
Eblin Farage (UFF)	farage.eblin@gmail.com
Clariça Ribeiro (UFCG)	clarica.ribeiro@gmail.com
Liana Brito (UECE)	lianabrito@uol.com.br
Susana Maia (UFFRO)	smmaia@yahoo.com.br
Angela Michele Suave (UNITAU)	michelesuave@hotmail.com
Luci Faria Pinheiro (UFF)	farialuci@uol.com.br
Elaine Pelaez (Estudante PPGSS/UERJ)	elainespelaez@yahoo.com.br
Natália Perdomo (Estudante PPGSS/UFRJ)	tali.perdomo@gmail.com
Fillipe Perantoni (Assistente social/IFMG)	fillipefss@gmail.com
Helena Silvestre (Coletivo Luta Popular)	helenitaluta@gmail.com

SUMÁRIO

- 1 Plano de Trabalho da Gestão 2017-2018
2. CFESS Manifesta: "O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais"
3. Pesquisas em andamento
 - 3.1 A temática dos movimentos sociais nos cursos de graduação em Serviço Social
 - 3.2 Pesquisa e Memória do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS)
4. Apresentação dos resultados da pesquisa sobre o estado da arte sobre o tema Serviço Social e Movimentos Sociais (ENPESS 2014 e 2016)
5. Análise de Conjuntura: "Criminalização dos Movimentos Sociais e ascensão fascista"
6. Próxima Coordenação do GTP Serviço Social e Movimentos Sociais (2019-2020)

I. PLANO DE TRABALHO DA GESTÃO 2017-2018

- Consolidar o trabalho junto à coordenação ampliada do GTP, articulando uma rede de pesquisadores, fomentando a construção de pesquisas interinstitucionais, sistematizando debates que orientam a análise das lutas de classes e movimentos sociais mais representativos do país.
- Participar da oficina nacional e das oficinas regionais da ABEPSS, também na perspectiva de promover reuniões de trabalho presenciais com integrantes da

coordenação ampliada do GTP e demais pesquisadores interessados na área temática.

- Realizar ações interinstitucionais e fomentar a produção de estudos e pesquisas articulando coordenação e GTP ampliado, tendo como eixo o conjunto de propostas aprovadas em colóquio do GTP de Movimentos Sociais no XV ENPESS/2016: a) análise das principais lutas, mobilizações, ações, organizações e movimentos sociais no período 2013-2017 e seus impactos na dinâmica da luta de classes e na esfera político-institucional, bem como, identificar o que foi produzido pelo Serviço Social acerca do tema. b) organização de um acervo virtual sobre a história do MESS a partir da sua produção bibliográfica, documentos, imagens e vídeos enviados pelos pesquisadores e demais colaboradores; c) em parceria com o conjunto CFESS-CRESS construir orientações técnicas e políticas sobre a atuação do/a assistente social em movimentos sociais, com especial destaque à intervenção profissional em ocupações e despejos, cuja ação profissional, em sua maioria das vezes, tem apresentado uma intencionalidade contrária a demandada por estes sujeitos coletivos; d) mapeamento do tema "movimentos sociais" no âmbito da graduação em Serviço Social, em especial no que diz respeito a implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS no currículo mínimo nas UFA's filiadas; e) Solicitar como fonte de pesquisa ao conjunto CFESS/CRESS informações quanto ao mapeamento da organização sindical dos assistentes sociais (por ramo de atividade ou categoria profissional).
- Produzir material de pesquisa em conjunto com a rede de pesquisadores que integram a coordenação ampliada, a partir da elaboração de uma entrevista comum com lideranças dos movimentos sociais mais representativos do Brasil, indagando: relação com a luta de classes e a dinâmica político-institucional; principais pautas de luta; relação com o Estado; leituras acerca das políticas sociais e o enfrentamento do Estado às expressões da questão social, etc.
- Alimentar e complementar de forma permanente a referência bibliográfica elaborada por este GTP na gestão 2012-2014 acerca da temática "Movimentos Sociais" (literatura clássica, produção acadêmica e produções desenvolvidas pelos movimentos sociais).
- Disponibilizar no site da ABEPSS todos os documentos e materiais produzidos por este GTP (relatórios dos colóquios; planos de trabalho; artigos e pesquisas

realizadas), bem como, manter atualizada a plataforma do "Mapa acadêmico" – diretórios, grupos de pesquisa e projetos de extensão ([www.abepss.org.br/mapa acadêmico](http://www.abepss.org.br/mapa-academico)).

Agenda de debates que pautam a relação com o GTP ampliado, demais pesquisadores na área, graduação e pós-graduação:

- Fomentar investigações acerca da realidade latino-americana, os seus Movimentos Sociais e os partidos de esquerda, recorrendo às fontes latino-americanas, bem como a particularidade do Serviço Social e sua relação com tais organizações.
- Fomentar investigações acerca dos Movimentos Sociais na realidade brasileira, suas tensões e deslocamentos a partir do ciclo PT e a natureza dos limites para mobilização, resistência e enfrentamento pós-golpe jurídico midiático de 2016.
- Aprofundar a reflexão crítica sobre o Movimento Operário e Sindical e as demais formas de resistência (nas suas múltiplas expressões organizativas e demandas diferenciadas – gênero, raça, etnia etc.).
- Reafirmar a importância, na formação profissional, da reconstrução histórica do movimento sindical dos Assistentes Sociais no interior da organização da classe trabalhadora através da escolha pela inserção dos trabalhadores nos ramos de atividade econômica. Bem como, pautar os desafios contemporâneos da transitoriedade inconclusa e da retomada de sindicatos da categoria.
- Ampliar as reflexões sobre as relações do Assistente Social com o Movimento Sindical, os demais Movimentos Sociais e os Partidos Políticos.
- Contribuir, nas reflexões e na intervenção profissional, com a superação de perspectivas messiânicas e do imediatismo na ação com os Movimentos Sociais.
- Proporcionar o reconhecimento e visibilidade das experiências de trabalho profissional em organizações da classe trabalhadora (sindicatos e movimentos sociais): relatos de experiência e sistematizações da prática profissional.
- Enfatizar na formação e no exercício profissional a conquista das 30 horas e sua relação com a luta pela redução da jornada de trabalho da classe trabalhadora, sem redução de salário, bem como a articulação das entidades nacionais para a implementação dessa conquista;

II. Lançamento do 'CFESS Manifesta':

O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais

CFESS Manifesta

16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess)

Vitória (ES), 2 a 7 de dezembro de 2018
Gestão É de batalhas que se vive a vida!

SÉRIE

CONJUNTURA E IMPACTO
NO TRABALHO PROFISSIONAL


CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL
www.cfess.org.br

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em um contexto de resistência ao recuo civilizatório que vivenciamos – visto na intensa criminalização da pobreza, regressão de direitos sociais duramente conquistados e ataques à seguridade social – faz-se mais do que necessário falar sobre o trabalho profissional junto aos movimentos sociais. Afinal, apenas compreendemos a natureza ético-política deste projeto profissional e a sua radicalidade crítica se apreendermos um dado fenômeno: o tipo de relação que se constitui entre o Serviço Social e a luta de classes; e, mais especificamente, o de como o projeto societário dos “de baixo” incide na dimensão política, valorativa e normativa desta categoria profissional. Apesar da pouca literatura produzida sobre o assunto, falamos aqui das múltiplas dimensões que a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais abrange – conduto teórico, dimensão político-organizativa da profissão e área de intervenção profissional – sendo, esta última, o objeto em particular do nosso diálogo neste CFESS Manifesta. Para tanto, este breve texto tem como intuito apresentar algumas reflexões e as tendências postas para atuação profissional junto a organizações da classe trabalhadora.



POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A ATUAÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS É UMA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL, EXPRESSA NA LEI DE REGULAMENTAÇÃO, EM QUE CONSTA A NOSSA RECONHECIDA CAPACIDADE DE "PRESTAR ASSESSORIA E APOIO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM MATÉRIA RELACIONADA ÀS POLÍTICAS SOCIAIS, NO EXERCÍCIO E NA DEFESA DOS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA COLETIVIDADE".

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

O TRABALHO PROFISSIONAL TENDE A ASSUMIR, EM SEU CONTEÚDO TEÓRICO E POLÍTICO-IDEOLÓGICO, O TENSIONAMENTO PRÓPRIO DOS PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: DE UM LADO, O REFORÇO AO NORTE SOCIAL ESTRATÉGICO DESTA PROFISSÃO, O QUAL REIVINDICA, NO FAZER PROFISSIONAL, O FORTALECIMENTO DO VIÉS EMANCIPATÓRIO DAS LUTAS SOCIAIS.

Ainda que os movimentos sociais sejam considerados "parte integrante do exercício profissional" (BRAVO e MATOS, 2006, p.158) e objeto de estudo, as publicações teóricas sobre análises e relatos de experiências de intervenção com estes sujeitos coletivos demonstram-se ainda irrisórias, representando menos de 8% das publicações totais em eventos da categoria profissional. Consta-se aqui uma dificuldade do Serviço Social em

tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional. Diferentes autores/as atribuem a retração deste debate à conjuntura de refluxo do movimento de massas, ameaça às garantias sociais e a intensa criminalização/judicialização das lutas sociais. Soma-se a isso o fenômeno de institucionalização dos movimentos sociais, seja por meio da adequação de parte dos/as militantes em

gestores/as da estrutura democrática estatal por meio da inserção nas secretarias e conselhos de direitos; ou do movimento de cooptação e apassivamento próprio dos primeiros quinze anos do século 21 neste país. Logo, o desafio contemporâneo para atuação profissional junto aos movimentos sociais é o de, cada vez mais, superar o subsídio ao exclusivo "participacionismo" democrático e representativo, com vistas a um trabalho de caráter político-pedagógico de fortalecimento à organização autônoma dos/as trabalhadores/as, sua formação e capacidade de mobilização/organização.

Cabe destacar que a atuação junto aos movimentos sociais é uma competência profissional, expressa no artigo 4º (inciso 9) da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), em que consta a nossa reconhecida capacidade de "prestar assessoria e apoio aos movimen-

tos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade". Bem como também é um direito do/a assistente social, posto em seu Código de Ética (Capítulo IV, Art.12, inciso b), "apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania". Apesar do atu-

al cenário desfavorável às lutas sociais e dentre as poucas experiências sistematizadas acerca do tema, podemos inferir, a partir das contribuições de Cardoso e Lopes (2009), Abreu (2009), Bravo (2010), Mattos (2010), Marques e Dal Moro (2012), Duriguetto e Marro (2016), que o trabalho profissional junto aos movimentos sociais assume algumas particularidades, podendo ser resumidas no que consideramos três tendências:

- O trabalho profissional realizado nas instituições de organização autônoma dos/as trabalhadores/as, ao que se destaca o movimento sindical. Aqui compreendemos os movimentos sociais na condição de espaço sócio-ocupacional e a atuação profissional enquanto circunscrita a relações de assalariamento e a um processo de trabalho específico.
- A assessoria/consultoria junto a organizações da classe trabalhadora, com expressiva presença da extensão universitária em movimentos sociais urbanos, rurais, e de saúde.
- O trabalho desenvolvido pelo/a assistente social junto às organizações e movimentos sociais a partir de outras instituições. Neste caso, compreendemos esta atuação como transversal aos diversos espaços sócio-ocupacionais (saúde, educação, moradia e planejamento urbano, assistência social, etc.); podendo incidir diretamente no auxílio à organização da população usuária por meio do impulso ao seu viés coletivo e organizativo.

Em qualquer uma das tendências assinaladas, o trabalho profissional tende a assumir, em seu conteúdo teórico e político-ideológico, o tensionamento próprio dos projetos societários em disputa na sociedade brasileira: de um lado, o reforço ao norte social estratégico desta profissão, o qual reivindica, no fazer profissional, o fortalecimento do viés emancipatório das lutas sociais. Trata-se aqui do reforço à dimensão crítica, à defesa intransigente dos direitos humanos, da democracia e da consolidação da cidadania e, desta forma, o apoio ao processo de auto-organização dos/as trabalhadores/as. De outro, a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade dos "de baixo", a partir da individualização da intervenção profissional, o recurso ao pragmatismo tecnicista, a "assepsia" política e a culpabilização dos indivíduos sociais.

1. O trabalho profissional realizado nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora

Por "organização autônoma dos/as trabalhadores/as", compreendemos os seus instrumentos privados de hegemonia – sindicatos, centrais sindicais, associações, etc. – nos quais os/as assistentes sociais são diretamente empregados/as. Sob estas condições, identificamos sistematizações acerca da atuação profissional em sindicatos. A contratação de profissionais pelo movimento sindical tem por razão o agravamento das sequelas da terceirização e precarização, expressas no aumento das estatísticas em acidentes e óbitos no trabalho, demandas de



ordem previdenciária, de saúde e assistência social, bem como no campo da saúde mental e outras formas de adoecimento. A depender da compreensão de classe e luta sindical presente nas organizações, as exigências ao trabalho profissional podem variar em sua natureza ético-política: desde o impulso à formação, organização e mobilização dos/as trabalhadores até a ação fundamentalmente centrada na execução de serviços sociais. No primeiro caso, os/as assistentes sociais têm sido requisitados/as para assessoria técnica nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente. A partir de diferentes frentes, são apresentadas como demandas aos/as profissionais: formação dos/as trabalhadores/as por meio de cursos e publicações, com o intuito de debater a precarização das relações de trabalho; articulação com entidades públicas, no que diz respeito à saúde do/a trabalhador/a; articulação com outras organizações e fomento ao controle social; acompanhamento social dos casos de adoecimento, acidentes e assédio no espaço de trabalho.

2. A experiência da assessoria a partir da extensão universitária

Segundo Bravo e Mattos (2008), definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um/a profissional com conhecimentos na área, estudioso/a e permanentemente atualizado/a e que toma a realidade como objeto de estudo, com a intenção de alterá-la. O/A assessor/a não intervém ou substitui o protagonismo do sujeito assessorado, deve sim propor caminhos e estratégias ao coletivo e este tem autonomia em suas escolhas. Deve ficar claro entre nós: o trabalho de assessoria não é neutro! Ao

ser desenvolvido por assistentes sociais, expressa uma concepção de profissão e de mundo.

Em geral, as experiências de assessoria são desenvolvidas com os seguintes movimentos sociais: movimento sindical, rural (com destaque maior ao MST, sindicatos rurais e associações de produtores rurais), urbano (movimento sem teto, associações de moradores/as e ocupações urbanas), o movimento popular de saúde e junto ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), organizações ribeirinhas e de pescadores. Este trabalho realiza-se, na maioria dos relatos, por meio de programas integrados de ensino, pesquisa e extensão efetivados por universidades públicas. Com especial referência à síntese realizada por Duriguetto e Marro (2016), podemos elencar, dentre as principais atividades desenvolvidas pelos/as profissionais: formação política, por meio de cursos, oficinas e seminários; ações de assessoria e acompanhamento técnico para a elaboração de projetos de assentamento e moradias urbanas; estímulo à auto-organização das famílias em assentamentos, acampamentos e ocupações urbanas, e auxílio à formação de cooperativas; formação/

**POSSIBILIDADES
DE INTERVENÇÃO
PROFISSIONAL**

**DENTRE AS PRINCIPAIS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS PELOS/AS ASSISTENTES
SOCIAIS ESTÃO A FORMAÇÃO POLÍTICA, POR
MEIO DE CURSOS, OFICINAS E SEMINÁRIOS;
AÇÕES DE ACESSORIA E ACOMPANHAMENTO
TÉCNICO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS
DE ASSENTAMENTO E MORADIAS URBANAS;
FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS
PARA INTERVIR NOS CONSELHOS DE DIREITOS
E POLÍTICAS PÚBLICAS.**



A ATUAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS TAMBÉM PODE SER EMPREENDIDA POR ASSISTENTES SOCIAIS QUE DESENVOLVEM SEU TRABALHO NOS SERVIÇOS E CONSISTE NO DESDOBRAMENTO DE ALGO QUE JÁ FAZEMOS: O INTERMÉDIO DO ACESSO DA POPULAÇÃO USUÁRIA AOS SERVIÇOS E/OU POLÍTICAS SOCIAIS EM UM CARÁTER COLETIVO. PARA ISSO, A APROXIMAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DEVE CONSTITUIR-SE COMO PARTE DO NOSSO FLUXO DE TRABALHO.

capacitação de lideranças para intervir nos conselhos de direitos e políticas públicas. Cabe destacar a pesquisa e produção de conhecimento por meio de estudos socioeconômicos, com o objetivo de conhecer as condições de vida e trabalho dos sujeitos, suas necessidades e reivindicações, a fim de subsidiar a sua organização; bem como a orientação de demandas próprias ao cotidiano da base dos movimentos sociais, enquanto portadores de múltiplas refrações da “questão social” – orientação e articulação da rede de serviços da previdência, assistência, saúde, educação, infância e juventude, bem como de políticas sociais específicas, a exemplo da agrária (financiamento a moradia e produção) e urbana (habitação popular).

3. O trabalho desenvolvido pelo/a assistente social junto aos movimentos sociais a partir de outras instituições.

A atuação com os movimentos sociais também pode ser empreendida por assistentes sociais que desenvolvem seu trabalho nos serviços e consiste no desdobramento de algo que já fazemos – o intermédio do acesso da população usuária aos serviços e/ou políticas sociais em um caráter coletivo. Para isso, a aproximação aos movimentos sociais deve constituir-se como parte do nosso fluxo de trabalho, por meio da “rede” com a qual nos articulamos e, principalmente, por meio de uma ação profissional capaz de estimular, na população usuária, o reconhecimento do caráter comum e coletivo de suas demandas, a sua identidade enquanto classe e, deste modo, a sua organização política, aproximando-a dos movimentos existentes e de pautas com a qual se identifica. Mas há uma segunda perspectiva que exige a nossa

atenção: a atuação profissional como força auxiliar à repressão e criminalização dos movimentos sociais. Neste caso, identificamos como um fato recorrente a contratação de profissionais ou a demanda àqueles já pertencentes aos quadros das secretarias de segurança pública, habitação urbana ou até mesmo de assistência social, para atuar junto a despejos de ocupações urbanas e rurais, em sentido contrário à pauta dos movimentos sociais. Neste caso, é demandado aos/as assistentes sociais ações de cunho punitivo às famílias, em especial no que tange à infância e adolescência; e a oferta de políticas, serviços e programas sociais paliativos e em sentido contrário à luta pela terra e/ou moradia digna, cujo intuito é o de desmobilizar e individualizar as lutas em questão. Cabe ressaltar a incompatibilidade de tais ações, de clara coerção, cerceamento e violação das liberdades políticas e democráticas, com os princípios que norteiam nosso projeto ético-político.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) se soma a diversos assistentes sociais desse país, que compreendem a necessidade de discutir e qualificar o trabalho para atender às necessidades da classe trabalhadora e dos diversos segmentos da população brasileira. Vamos nos qualificar para fortalecer a defesa dos direitos e da democracia!

Referências Bibliográficas:

- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 9ª Ed. rev. e atual. Brasília, 2011.
- CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas desempenhadas pelo assistente social. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- MARRO, K. I. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. Revista Temporalis. Brasília, 2011.
- MARRO, K. I.; DURIGUETTO, M. L. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura contra o conservadorismo. In: SILVA, M. L. O. (Org.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- MARQUES, M. G.; DAL MORO, M. A. Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Temporalis. Brasília, 2012.

Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

Presidente Josiane Soares Santos (SE)
Vice-presidente Daniela Neves (RN)
1ª Secretária Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira Cheila Queiroz (BA)
2ª Tesoureira Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal
Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes
Solange da Silva Moreira (RJ)
Daniela Ribeiro Castilho (PA)
Régia Prado (CE)
Magali Régis Franz (SC)
Lyliã Rojas (AL)
Mauricleia Santos (SP)
Joseane Couri (DF)
Neimy Batista da Silva (GO)
Jane Nagaoka (AM)

CFESS MANIFESTA
16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess)
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
GTP Movimentos Sociais e Serviço Social/ABEPSS
Morena Gomes Marques - assistente social
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Diagramação/Arte: Rafael Werkema sobre imagens de Fotolia.com

III. PESQUISAS EM ANDAMENTO

III.1 O debate sobre os movimentos sociais na graduação em Serviço social

Michelly Ferreira Monteiro Elias

Maria Clariça Ribeiro Guimarães

Laurinete Silva

I – Tema da pesquisa: Mapeamento do tema “movimentos sociais” no âmbito da graduação em Serviço Social, em especial no que diz respeito a implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS no currículo mínimo das UFAS filiadas.

II – Objetivo da pesquisa: Mapear a incorporação da temática “movimentos sociais” nas Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social – UFAS filiadas à ABEPSS, tendo como referência as diretrizes curriculares.

III – Referencial: nova lógica curricular prevista nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, elaboradas pela equipe de especialistas em 1999. Essa lógica sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Desta forma, ao considerar os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social é orientado como ementa para o tema “classes e movimentos sociais”: as teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideopolíticas e socioculturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor. (ABEPSS, 1999).

IV – Procedimentos metodológicos:

1. Levantamento das UFA's filiadas à ABEPSS
2. Mapeamento dos projetos pedagógicos de cada UFA para identificação da ementa da disciplina de movimentos sociais
3. Elaboração de um instrumento de pesquisa que sirva referência comum para a sistematização da disciplina ofertada pelas UFA's.

4. Sistematização do conteúdo teórico e metodológico das ementas de movimentos sociais nas UFA's.
5. Sistematizar e analisar o mapeamento e destacar os elementos comuns e as lacunas identificadas.

III. II Pesquisa e Memória do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS)

Morena Gomes Marques

Tassia Monte Santos

Maria Clariça Ribeiro Guimarães

O objetivo do projeto intitulado "Memória MESS" é o de construir um acervo público do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) a ser disponibilizado no site da ABEPSS. Para tanto, este acervo deverá conter a principal bibliografia produzida sobre o tema, cujo recorte temporal são os anos de 1960-2000; bem como, a realização de um curta ou média-metragem com as principais lideranças políticas do período. No que tange a realização do curta-metragem, as entrevistas irão abordar os anos de 1968-1996. Ou seja, o significado dos anos 60/70 para a juventude; a resistência à ditadura; da UNE à ENESSO; a contribuição estudantil para construção das diretrizes curriculares da ABEPSS na década de 1990. A princípio, o eixo das perguntas aos entrevistados está elencado em três pontos:

1. Conjuntura sócio econômica e política do período.
2. Inserção política no MESS (como foi a inserção no movimento, suas motivações e contribuições; a que grupo político/tendência pertencia e como caracteriza esse campo no movimento).
3. Principais lutas tocadas pelo MESS naquele momento, seus embates/disputas e desafios organizativos.

No que diz respeito as referências bibliográficas, até o final do ano de 2018 foram levantadas as seguintes produções:

- **Década de 1960/1970**

OLIVEIRA, Adriana Silva; NOVAES, Luiz Eduardo Rodrigues. *A organização Política dos Estudantes de Serviço Social na década de 1960 e 1970 -Trajetória Histórica e suas lutas frente à ditadura militar*. PUC: São Paulo, 2008. (Monografia de Graduação)

PAULA, L. G. P.; DURIGUETTO, M. L. *Um convite à rebeldia: movimento estudantil de Serviço Social no Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck – Faculdade de Serviço Social/UFJF*. Revista Libertas V.6 nº07. Libertas: Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1772/1247>>.

VASCONCELOS, Ailton Marques. *A Organização Política dos Estudantes de Serviço Social, 1978-2002. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional*. PUC: São Paulo, 2004. (Monografia de Graduação).

PEQUENO, A. C. *História dos encontros nacionais de estudantes de Serviço Social (1978 – 1988)*. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 1990.

BRAZ, Marcelo. *O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações*. In: Serviço Social e Sociedade, n 100. São Paulo: Cortez, 2009.

- **Década de 1980/1990**

MATOS, Maurílio Castro de. *Se muito vale o já feito, mais vale o que será: um estudo sobre a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (1988-1995)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SANTOS, S. M. M; RAMOS, S.R. *O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social*. In: ABESS. No 07. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Lucilene da. *Paixão, resistência e compromisso: o Movimento Estudantil de Serviço Social na luta por uma formação profissional de qualidade*. UNIOESTE: Toledo, 2008. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2007_lucilene_da_silva.pdf

RAMOS, Sâmia Rodrigues. *A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos*. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1996.

- **Anos 2000 – atual**

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. *Movimento Estudantil de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade*. Mossoró-RN, 2007.

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. *Movimento Estudantil e Serviço Social no capitalismo contemporâneo: tendências e particularidades*. Natal: UFRN, 2009. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/movimento-estudantil-e-servic3a7o-social-no-capitalismo-contempor3a2neo-tendc3aancias-e-particularidades-2009.pdf>>.

CRESS-RJ. *Especial 80 anos: Movimento estudantil do Serviço Social*. Práxis, Ano IX nº 89. CRESS: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/download/praxis/praxis-89.pdf>>

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. *Nosso sonho não faz silêncio: os desafios do movimento estudantil de Serviço Social*. Mossoró, RN, 2011.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. *O protagonismo do movimento estudantil de Serviço Social brasileiro: contribuições para a (re) construção da profissão*. Universidade e Sociedade nº 59. Brasília: ANDES, 2017. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-104687635.pdf>>

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. *O Movimento Estudantil e a formação política do(a) estudante de Serviço Social: contribuições e desafios*. Natal: UFRN, 2008. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/o-movimento-estudantil-e-a-formac3a7c3a3o-polc3adtica-doa-estudante-de-servic3a7o-social-contribuic3a7c3b5es-e-desafios-2008.pdf>>.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. *Convite à rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade*. Fortaleza-CE, 2008.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. *Movimento estudantil de serviço social e partido político na contemporaneidade: contradições no período dos governos Lula*. Recife: UFPE, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9757/1/arquivo6521_1.pdf>

SANTOS, Tiago Barbosa. *A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e Direção Social da Formação*. PUC: São Paulo, 2007. (Monografia de Graduação)

OLIVEIRA, Inaê Soares. *A contribuição do Movimento Estudantil na formação política e cultural dos/as estudantes de Serviço Social*. Fortaleza: UECE, 2014.

IV. Pesquisa realizada

IV.1 O 'estado da arte' sobre o tema 'Serviço Social e Movimentos Sociais' nos ENPSS de 2014 e 2016¹

Morena Gomes Marques

Maria Clariça Ribeiro Guimarães

A pesquisa ora apresentada parte de uma demanda da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ao conjunto dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) da área: o mapeamento quantitativo/qualitativo dos temas pesquisados pela categoria profissional expressos nos anais dos Encontros Nacionais de

¹ O conteúdo deste texto foi submetido à chamada pública da revista TEMPORALIS e será publicado no volume 38 - julho/dez. 2019.

Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) de 2014 e 2016. No que tange ao eixo "Movimentos Sociais e Serviço Social" o mapeamento quantitativo desta produção teórica revelou uma tímida produção acerca do assunto, totalizando apenas 6,7% do total de publicações². Percentual muito próximo ao verificado em eventos anteriores, porém significativamente maior do observado da segunda metade da década de 1990 ao final dos anos 2000 (3,8%). Neste universo, destaca-se como o principal movimento pesquisado pelos assistentes sociais o movimento social urbano (14%), seguido pelo movimento sindical (10.4%), movimento camponês (9%), movimento de mulheres e feminista (9%) e o movimento popular de saúde (9%). Tais índices chamam atenção para uma deflação do que antes eram consideradas como as principais organizações políticas de pesquisa/interlocução profissional: o movimento sindical e o movimento camponês, com especial destaque neste último, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Todavia, se identificam-se alterações no universo da pesquisa profissional em seu estudo acerca dos movimentos sociais, estes também se tornam objeto de maior articulação e reflexão acerca da atuação profissional.

No que diz respeito ao Serviço Social, o que tais publicações apresentam a partir de relatos de experiência e sistematização da prática profissional é, para além do debate mais amplo da organização política da categoria profissional (a relação do Projeto Ético Político e a articulação do conjunto CFESS-CRESS com os movimentos sociais), a compreensão dos movimentos sociais como espaço sócio ocupacional e/ou elemento transversal aos demais processos de trabalho do assistente social, obtendo nesta conjuntura significativa relevância. Deste modo, este trabalho estrutura-se em dois eixos: o quadro geral da produção teórica realizada acerca do tema "movimentos sociais" e as principais tendências ao debate, com especial destaque à atuação profissional junto aos movimentos sociais; e, em segundo, a apresentação da síntese do debate realizado pela categoria acerca dos movimentos urbanos.

- **A produção teórica analisada: quais as tendências ao debate?**

O total de trabalhos que envolvem a temática "movimentos sociais" no XIV e XV ENPESS estão distribuídos da seguinte forma: movimento ambiental (1.5%); movimento indígena (2%); movimento LGBT (3%); movimento negro e quilombola (2%); movimento estudantil de Serviço Social – MESS (3.5%); partidos políticos (5%);

² As publicações nos ENPESS de 2014 e 2016 totalizaram juntas 2.128 artigos, dos quais apenas 144 diziam respeito ao tema dos movimentos sociais.

movimento campestre (9%); movimento de mulheres e feminista (9%); movimento popular de saúde (9%); movimento sindical (10.4%); movimentos sociais a nível nacional/internacional (11.8%) e o movimento social urbano (14%). Já no que tange ao Serviço Social, os trabalhos que tratam da relação profissional com os movimentos sociais se constituem em maior número (17,5%), apontando para uma mudança qualitativa na aliança e intervenção junto a estes sujeitos.

Detemos aqui uma diferença significativa no perfil dos trabalhos publicados entre os anos de 2014 e 2016: enquanto neste primeiro ocorreu uma maior presença de trabalhos acerca da questão urbana, gênero e feminismo, bem como, uma leitura massiva no que tange ao contexto nacional e internacional a partir do profícuo diálogo com o fenômeno das "jornadas de junho" (2013), nota-se a completa ausência de publicações ao tema de "partidos políticos". Em sentido distinto, no ano de 2016 os partidos políticos não apenas retornam como objeto de estudo e, com estes, o protagonismo, ainda que tímido, do movimento sindical e campestre, como as reflexões teóricas incorporam autores e debates clássicos, a exemplo dos temas da alienação, consciência de classe e intelectual orgânico e a atualidade do partido revolucionário e a contribuição política de Marx, Engels, Lênin e Gramsci para luta de classes. Todavia, apesar da pluralidade temática e a correspondente reflexão teórica ao pulsar das manifestações sociais, a análise de conjuntura (da realidade social e de seus determinantes histórico e materiais), detém ainda um lugar tímido entre as publicações, em geral secundário, ganhando destaque em menos de ¼ dos artigos. Se consideramos este elemento como imprescindível para compreensão da realidade contemporânea e o Serviço Social, os trabalhos ainda se restringem, em sua maioria, à análise descritiva e específica de cada movimento social, bem como, ao funcionamento das políticas sociais que lhe são correspondentes.

Em resumo, poderíamos elencar em quatro as principais tendências ao debate:

1. Em primeiro lugar, **o reconhecimento da importância da relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas**, dado que representa uma possibilidade de redimensionamento da profissão, no sentido de processar criticamente a sua função no processo de produção/reprodução das relações sociais e nos próprios conflitos de classe.
2. **A hegemonia da tradição marxista na produção teórico-acadêmica**. Identifica-se a opção na maioria dos trabalhos por uma perspectiva teórico-metodológica crítica, bem como, o uso bibliográfico dos clássicos da tradição marxista no Serviço Social. Porém,

cabe sinalizar para uma presença significativa de leituras pós-modernas e ecléticas, em especial, no que tange a uma hipervalorização da "sociedade civil" e da participação social em detrimento de uma real compreensão da luta de classes e da correlação de forças presente no atual cenário. Fato que muitas vezes conduz não apenas a leituras equivocadas e/ou românticas acerca do Estado, como a confusões entre o significado dos movimentos sociais e as esferas de controle social.

3. A extensão universitária como instrumento de articulação e atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais. A extensão assume um papel preponderante no questionamento acerca da função social da universidade. Para Marro (2011), o cenário de movimentação das classes subalternas "sacode" as zonas de conforto da Universidade Pública, possibilitando ao corpo acadêmico pautar a produção de conhecimento em sintonia com a agenda de lutas e reivindicação desses sujeitos. Sob esta perspectiva, os movimentos sociais nos quais os projetos de extensão fazem-se presentes são o movimento sem-teto, sobretudo, o MTST; o movimento camponês (com destaque ao MST, a via camponesa e a contribuição dos projetos de extensão aos cursos de graduação do PRONERA); o movimento popular de saúde (a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e os Fóruns de Saúde em defesa do SUS nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e o município de Campina Grande)³; o movimento feminista e as associações pesqueiras e ribeirinhas.

A maioria dos projetos objetiva contribuir para a qualificação da auto-organização dos movimentos sociais. Para isso, utilizam-se da formação de equipes interdisciplinares; o investimento em conteúdos gerais e específicos com vistas à formação política e a abordagem de temáticas diversas, em especial notoriamente à área da saúde pública, práticas de agroecologia e meio ambiente. Neste aspecto, os instrumentos, técnicas e linguagens estão subordinados, em geral, à estratégia pedagógica da *educação popular*, com vistas a um trabalho didático e horizontal das necessidades de formação e organização política.

³ A temática da saúde pública apresenta-se tanto como área específica (a assessoria e participação ao movimento popular de saúde); como temática transversal à atuação junto aos movimentos sociais. Enquanto temática transversal, faz-se presente em atividades próprias à assessoria prestada pelos assistentes sociais, na condição de tema recorrente em debates, oficinas e encontros, possibilitando a construção de agendas de pesquisa e trabalho. Do mesmo modo, no que tange à atuação em acampamentos e assentamentos sem-terra é demanda recorrente aos assistentes sociais a realização de estudos sociais e epidemiológicos, levantamento de demandas e levantamento do perfil socioeconômico das famílias para a elaboração conjunta de reivindicações e negociações com o poder público local e as esferas de controle social.

4. Atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais. Como antes expressei, no que diz respeito ao Serviço Social, as publicações apresentam, para além do debate mais amplo da organização política da categoria⁴, a compreensão dos movimentos sociais como espaço sócio ocupacional e/ou elemento transversal aos demais processos de trabalho do assistente social. Neste primeiro aspecto – os movimentos sociais como espaço sócio ocupacional – trata-se da atuação profissional junto aos movimentos sociais a partir de um vínculo de assalariamento. Uma das vias para tal se constitui por meio de convênios firmados entre movimentos sociais e alguns órgãos estatais, de modo que profissionais como os assistentes sociais auxiliem na execução de projetos e programas sociais junto aos trabalhadores organizados⁵; bem como e, em menor medida, a contratação pelos próprios movimentos sociais com fins à formação política, assessoria e capacitação para o controle social, como é o caso de experiências junto ao movimento sindical. Já, no que tange a atuação com os movimentos sociais a partir de serviços, esta é empreendida por assistentes sociais a partir de suas respectivas instituições empregadoras,

[...] e consiste no desdobramento de algo que já fazemos – o intermédio do acesso da população usuária aos serviços e/ou políticas sociais em um caráter coletivo. Para isso, a aproximação aos movimentos sociais deve constituir-se como parte do nosso fluxo de trabalho, através da 'rede' com a qual nos

⁴ Dentre os trabalhos publicados, cabe destacar a experiência do CRESS-SP em sua articulação à Frente Nacional contra a Privatização da Saúde; os Movimentos sociais urbanos; Movimento em defesa dos Direitos Humanos, e a sua política de solidariedade a nível nacional e internacional. Neste último aspecto esteve presente em pautas como a defesa da democracia; contra as novas tentativas de golpe cívico-militar; as lutas contra os modelos privatistas de saúde pública; contra a criminalização do aborto e apoio às políticas exitosas em Cuba e no Uruguai; pela reforma agrária e contra a segregação de acesso à terra; contra as expressões reacionárias de homofobia, xenofobia e racismo; contra a política de terror de combate às drogas; contra o embargo econômico aplicado à Cuba e seus efeitos nocivos para as gerações de cubanos/as e para a humanidade.

⁵ Tomamos aqui dois exemplos: o primeiro é a inserção dos assistentes sociais no MST e na FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão). Situa-se a participação de Assistentes Sociais na execução do Projeto LUMIAR e do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), ambos implementados por instituições vinculadas a FETAEMA e ao MST em parceria com o Estado. As demandas que determinaram o assalariamento de Assistentes Sociais se relacionam à necessidade de formar equipes de trabalho para atuarem no processo de implementação de políticas públicas junto aos trabalhadores (as) rurais; assessoria e formação de militantes que cumprissem papéis de orientação, coordenação, formação, articulação, sistematização etc., em secretarias e setores específicos da FETAEMA e do MST, respectivamente. Um segundo exemplo é o da entidade de mulheres "Amazonas sempre Vivo", cuja institucionalização do movimento permitiu a contratação de uma assistente social, de modo a auxiliar a organização das mulheres beneficiadas e a sua capacitação com vistas ao controle social. Por fim, e como terceiro exemplo, falamos do Serviço Social no Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras (PEAC), realizado pela PETROBRAS como exigência da política pública de licenciamento ambiental das atividades off shore da citada empresa na Unidade de Operação Sergipe/Alagoas, onde o profissional atua via educação ambiental na 'Articulação Nacional de Pescadoras no Brasil' (ANP).

articulamos; e, principalmente, por meio de uma ação profissional capaz de estimular na população usuária o reconhecimento do caráter comum e coletivo de suas demandas, a sua identidade enquanto classe e, deste modo, a sua organização política, aproximando-a dos movimentos existentes e de pautas com a qual se identifica (CFESS, 2018, p.04).

Como bem aponta Duriguetto (2014), um dos desafios da intervenção profissional "é apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas, ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta". Tal apreensão permite aos assistentes sociais em seu exercício cotidiano ultrapassar o caráter fragmentado das políticas sociais e o simples reforço à adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, os quais reforçam a individualização no acesso aos direitos e a perspectiva de apassivamento. Neste sentido, o que os trabalhos publicados nos revelam é a possibilidade de contribuição programática às lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais através da atuação em pautas como a luta pela reforma agrária, pela moradia, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, idosos, crianças e adolescentes, etc. Além de outra dupla contribuição profissional: aos espaços dos fóruns, conselhos e conferências ao debate acerca das políticas sociais; e a construção de alternativas para suas reivindicações, atribuindo visibilidade e transparência às situações de inexistência, oferta precária ou violação de direitos.

- **Movimentos sociais urbanos como objeto de estudo do Serviço Social**

O movimento social urbano, como objeto privilegiado de pesquisa dos assistentes sociais em 2014 não se deu por acaso. Os últimos dez anos, em especial nas grandes metrópoles brasileiras, foram marcados por uma maior tensão entre a pauta dos trabalhadores pelo "direito à cidade" e a requisição aos bens fundamentais à sua reprodução (a exemplo da moradia e o transporte público), e o confronto aos interesses do grande capital expressos nos megaeventos, nas remoções, na especulação imobiliária, na privatização desenfreada e na intensa criminalização da pobreza. Ao expandirem-se, empurrando os extratos mais pauperizados para áreas periféricas, destituídas de serviços, infraestrutura urbana e equipamentos coletivos, as cidades brasileiras têm se configurado como espaço de grande segregação socioterritorial. Logo, a dinâmica de produção e reprodução do espaço não pode ser pensada excetuada de sua intrínseca relação com os processos de acumulação capitalista, exploração da força de trabalho e a resistência engendrada pelos 'de baixo'. Tal contexto apenas reforça o nosso

entendimento de que o urbano consiste em um dos espaços atuais de maior dinamismo da luta de classes, o que reflete e justifica, acertadamente, a maior presença da pesquisa profissional sobre o tema.

Do total de vinte trabalhos, dezenove são resultados de pesquisa, apenas um retrata a experiência de extensão universitária e nenhum relaciona-se a experiências ou sistematizações do trabalho profissional nos serviços. Nesse sentido, estão entre os movimentos sociais urbanos pesquisados pelos assistentes sociais, entre expressões locais e nacionais, as seguintes organizações: Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU); Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); "Rolezinhos"; Ocupas (presente nos Estados Unidos da América, com "Occupy Wall Street", na Turquia, com os movimentos da Praça "Taksim", e na Espanha com os "Indignados", além do "Ocupe Cocó" em Fortaleza – CE); União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP); Movimento Organizado Hip Hop; Hip Hop Gospel Organizado; Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Levante Popular da Juventude (LPJ); Movimento Passe Livre (MPL); Coletivo DAR (Desentorpecendo a razão); Movimento Pau de Arara (MPA); Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Cabe destacar que este último movimento social é o mais recorrente objeto de estudos e pesquisas da categoria, além de ser frequentemente referenciado, mesmo nos trabalhos que não o pesquisam diretamente, como a principal organização de luta por moradia no país⁶.

⁶ Note-se que esta é uma tendência distinta da identificada por Farage e Dias (2016, p.10-11) que, ao analisarem publicações de trabalhos sobre movimentos sociais e questão urbana nos principais eventos do Serviço Social entre 2012 e 2015, apontavam que "entre os trabalhos apresentados nos eixos temáticos movimentos sociais e questão urbana, apenas uma parte trata diretamente dos sujeitos sociais organizados nos movimentos sociais ou vítimas e sujeitos da questão urbana, ou seja, apenas uma parte trata dos trabalhadores, tendo a grande maioria uma abordagem teórica genérica sobre a temática, sem pesquisas empíricas e sem vínculos reais com os sujeitos". A pesquisa supracitada abarca trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral de quatro eventos nacionais que envolvem a área de Serviço Social: CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), ENPS (Encontro Nacional de Política Social) e JOINPP (Jornada Internacional de Políticas Públicas). Entendemos, contudo, que em se tratando especificamente dos anais de 2014 e 2016 do ENPESS já não se pode afirmar o mesmo, visto no caso destes serem justamente os trabalhos ditos teóricos os que aparecem em menor dado quantitativo.



Gráfico 1 – movimentos urbanos pesquisados pelo Serviço Social (ENPESS 2014 e 2016)

Fonte: elaboração própria (2018)

A apreensão das contradições urbanas e da ação coletiva dos sujeitos sociais, no sentido de lutar contra as condições degradadas de vida na cidade e de garantir seus direitos, interessa ao Serviço Social, especialmente, pelo fato de considerarmos a "questão social" como matéria do Serviço Social. Ademais, a incorporação do debate sobre movimentos sociais no âmbito desta profissão inscreve-se como parte do leque temático indispensável para a compreensão do seu significado sócio-histórico, bem como, da trama das determinações e relações sociais que lhe conferem particularidade histórica. Considerando que o Serviço Social se institucionaliza nos anos 1930, detendo por objetivo atenuar as sequelas materiais e morais decorrentes do trabalho assalariado sobre o proletariado urbano e o exército industrial de reserva (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012), percebemos que a relação do Serviço Social com a questão urbana constitui um dos traços marcantes da origem desta profissão.

No entanto, observamos que a ênfase dada pela categoria ao estudo dos movimentos sociais urbanos é uma peculiaridade do ENPESS de 2014, visto não ser esta uma tendência presente em anais anteriores e tampouco repetir-se no ENPESS seguinte (2016). Passamos assim, a supor estarmos diante de um reflexo das 'jornadas de junho' de 2013 na produção teórica do Serviço Social, a qual se afirma como a principal tendência de estudo identificada. De modo geral, há um profícuo diálogo com este fenômeno, apresentado nos trabalhos como "uma mudança na conjuntura política da luta de classes brasileira", "um marco por trazer as lutas urbanas à visibilidade", dada

a grande repercussão que tais atos e mobilizações tiveram no último período, inclusive pela quantidade e pluralidade de sujeitos envolvidos. Ora, há quem diga que desde as campanhas das Diretas Já, na década de 1980, não tínhamos mobilizações de rua tão vigorosas, as quais impactaram significativamente na popularidade do governo petista, até então, para muitos, intocável em seus índices de aprovação.

O reajuste do preço das tarifas do transporte público e a repressão policial que se seguiu às primeiras manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo foram o "estopim" das jornadas que ocuparam as ruas de todo o país, cuja questão urbana esteve no centro da insatisfação social geradora das mobilizações. Se as contradições do Brasil contemporâneo se expressam como contradições do processo de produção do espaço, geradoras de novas dinâmicas urbanas em tempos de mundialização financeira, com suas incidências sobre as cidades e, em particular, sobre as condições de moradia e vida da classe trabalhadora, soma-se a isso a requisição por direitos sociais fundamentais, na condição de "bens públicos", subfinanciados e largamente privatizados.

O período recente reproduz assim, a cultura higienista e apartada da história da urbanização brasileira, onde o interesse predominante das elites volta-se para construção de uma nova imagem da cidade, produzida por meio de grandes intervenções urbanas que afastam e escondem a pobreza do horizonte dos outros países e do seu próprio olhar. Ademais, as intervenções implementadas nas principais cidades com vistas à realização dos megaeventos esportivos no país – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – foram exemplares da complexificação da questão urbana. Tais intervenções constituíram alvo de constantes denúncias de violação sistemática aos direitos humanos, especialmente por parte dos "Comitês Populares da Copa", movimentos e associações diversas. Portanto, os artigos publicados evidenciam que não é verdadeira a ideia de que as ruas foram ocupadas em junho apenas por uma massa conservadora e reacionária. Deste modo, inexistem dúvidas quanto à heterogeneidade que caracterizou o perfil dos sujeitos individuais e coletivos presentes e, em decorrência, da disputa existente por sua direção social entre setores progressistas – seguimentos adeptos da ação direta, movimentos e organizações mais consolidadas no campo político da esquerda e tendências governistas diversas – e da direita. Esta última, instrumentalizada por meios midiáticos na tentativa de impor aos atos um caráter

despolitizado e moralizador, no sentido de favorecer nas ruas a ascensão do reacionarismo.

No que tange ao conjunto das publicações, a tradição marxista aparece como o mais recorrente referencial teórico-metodológico, ao que segue de seus autores contemporâneos como David Harvey (2004; 2005), à referência de intelectuais orgânicos brasileiros, a exemplo de Guilherme Boulos (2012) e Maricato (2003; 2006). Por outro lado, também se destaca o uso de autores clássicos sobre o tema dos movimentos sociais urbanos, ainda que de distinto referencial metodológico como Jean Lojkine (1997) e Castells (2000)⁷.

Trabalhamos com o suposto de que a adoção do referencial crítico-dialético constitui importante desdobramento teórico e político para a superação e ruptura com o tradicionalismo, processo que aconteceu e se faz necessário frente ao atual contexto de avanço neoconservador. Entretanto, ainda encontramos nos artigos analisados a utilização de noções e conceitos em voga, em especial, da sociologia francesa – o debate sobre a exclusão, desfiliação/filiação – de modo acrítico, além de notório ecletismo. A crítica a noções como "exclusão social", bem como, a modelos analíticos europeus relativamente recentes não foi apropriada por boa parte dos autores dos trabalhos analisados. É o caso da incorporação da noção de "novos" movimentos sociais, apartada da contradição capital-trabalho, assim como, o uso de uma certa concepção weberiana de "tipo ideal" de movimento social via o pensamento de Ilse Scherer-Warren (1987), na medida em que concebe como movimento social organizações que possuem componentes constitutivos específicos, como práxis, projeto, ideologia, direção e organização. Sob essa lógica, corre-se o risco de um "engessamento" da realidade, através da tentativa de enquadrar a dinâmica dos movimentos sociais nos quatro elementos citados, em detrimento da perspectiva de totalidade. Afinal, não podendo ser nenhum destes componentes (práxis, projeto, ideologia, direção e organização) tomados

⁷ Chama-nos atenção o fato da obra intitulada "Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária", publicada em 2014, ser citada em todos os artigos sobre o tema do ENPES de 2016, indicando o quanto o esforço de organização deste livro, capitaneado pelas professoras Beatriz Abramides e Maria Lúcia Duriguetto, consistiu em um importante e recente passo no sentido de avançar no debate contemporâneo sobre essa relação num quadro geral de parcas formulações a respeito na área. Aliás, vale lembrar a observação de Iamamoto (2005) ao analisar o legado da reconceituação do Serviço Social quando afirma que, embora o tema 'movimentos sociais' tenha polarizado o debate da categoria profissional e norteador pesquisas na área, ele não se espelhou em uma produção acadêmica marcante como ocorreu, por exemplo, com os temas do Estado brasileiro na idade do monopólio e das políticas sociais, em especial a Seguridade, ficando com as reflexões a respeito dos movimentos pulverizadas em artigos publicados na revista Serviço Social e Sociedade.

isoladamente, também não podemos deixar de perceber o quanto tais elementos atuam em perfeita interseção entre si, sendo sempre um risco afirmar que determinado aspecto de um movimento social pode ser caracterizado como um elemento e não como outro.

Outra armadilha identificada nas formulações analisadas consiste em, por vezes, querer que se opere uma substituição da identidade de classe pela identidade de "sujeito portador de direitos" ou a identidade de "cidadãos iguais" como parece sugerir Dagnino (2000), autora frequentemente incorporada nos artigos analisados. Para Dagnino (2000), o que estaria em jogo seria o direito de participar nas definições do sistema vigente e não necessariamente sua transformação radical. Entretanto, nos cabe sinalizar que a consigna ilusória do "direito a ter direitos", típica a uma residual concepção de cidadania liberal, significa ignorar o caráter classista da cidadania como parte das muitas aparências necessárias à dominação burguesa, na medida em que neutraliza os antagonismos de classe, resguardando trabalhadores e proprietários na figura comum de cidadão. Se consideramos a cidadania como a contraface da desigualdade entre classes e da acumulação capitalista, tal apreensão "igualitária" é uma arapuca das mais astutas, dado que a cidadania burguesa,

[...] dispensa a participação ativa dos cidadãos, exigindo das massas apenas uma postura, a mais absoluta possível, de indiferença, inércia e conformismo. Basta-lhe a obediência. Não se requer a livre adesão dos indivíduos. Não necessita, e chega mesmo a dispensar, a participação do conjunto da cidadania, salvo nos rituais eleitorais, transformados quase sempre em mero exercício de legitimação política. Passado esse momento o cidadão é alguém a quem formalmente se homenageia, mas que não se leva a sério (DIAS, 1999, p. 63).

Em síntese, os artigos analisados evidenciam a ação política dos movimentos urbanos na luta pelo reconhecimento e garantia do direito à cidade, apreendendo avanços e entraves em seus processos de organização e mobilização. As análises tecidas acompanham e se fundamentam em um amplo debate acerca das tendências postas à organização popular na contemporaneidade, onde os autores discutem os avanços, conquistas e dificuldades das organizações em face da questão urbana brasileira. Problematicam ainda, os desafios postos para os movimentos sociais e ampliam a discussão para as estratégias adotadas por estes, seus processos de organização e mobilização, dilemas e contradições que perpassam as lutas no período contemporâneo, dimensões importantes para a análise da ação política.

Referências Bibliográficas:

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CFESS. O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. **In: CFESS Manifesta**, 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS). Brasília: CFESS, 2018.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DAHMER, Larissa. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (orgs). **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. 2ª ed. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, 1999.

DUMÉNIL, Gérard; LÖWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. **Les 100 mots du marxisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schuman. São Paulo: Boitempo, 2008.

FARAGE, Eblin; DIAS, Sabrina. Cidade, movimentos sociais e Serviço Social: desafios ao projeto ético-político. In: Anais do XV ENPESS. Ribeirão Preto - SP: ABEPSS, 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001 (Coleção Extensão Universitária; v.1).

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL,

Angela (Orgs). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social (org). **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, maio/ago. 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópoles brasileiras**. Texto elaborado por ocasião da palestra dada no evento Próximo Ato 2006 no dia 26 out. 2006, no Instituto Goethe, por solicitação do Itaú Cultural.

MARQUES, M. G; DAL MORO, M. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2011.

MARRO, Kátia. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. In: **Revista Temporalis**, n 22. Brasília: ABEPSS, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983a.

SCHEREN-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

V. ANÁLISE DE CONJUNTURA:

Criminalização dos Movimentos Sociais e ascensão fascista

O final do ano de 2018 nos traz algumas certezas e um desafio gigantesco. Dentre as certezas, é a de que as eleições de 2018 não tiveram nada de democráticas, no máximo, a sua performance. Tratou-se de mais um capítulo do *golpe* que, a partir da vitória de Bolsonaro, alça uma legitimidade de forte apelo popular. É através de propostas neofascistas – que vão da criminalização da esquerda ao limite extremo do genocídio negro e indígena – que a burguesia busca entreter a população e aprovar sua irresponsável agenda de austeridade fiscal. Uma lição a este momento já nos é óbvia: ao abdicar do consenso via direitos e políticas sociais, o que a atual configuração de Estado oferta aos de "baixo" é apenas a barbárie. Estamos de frente a classe dominante brasileira *in natura* – de natureza autocrática e desprovida de qualquer apego ao patrimônio público e natural.

Quanto ao nosso desafio, num primeiro momento é identificar o real inimigo e não o subestimar. Para isso, não há tempo ou espaço para disputas, falsas polêmicas, recuos ou colaboração de classes. Agora, a luta é pela nossa existência. O que significa que a defesa por democracia, direitos sociais e contra toda forma de violação tornam-se uma pauta só. Por isso, se faz necessário realizar uma breve retrospectiva das eleições de 2018, em nome da memória de todos/as os mortos e violentados. Não esqueceremos!

1. Violência e consenso do capital

Para o grande capital nunca houveram impeditivos ao apoio de uma candidatura fascista, declaradamente em defesa da tortura, racista, misógina, homofóbica e belicista, ou mesmo que compactuasse com o extermínio indígena e a alta mortalidade dos mais pobres. A receptividade dos "empreendedores médios", seguida pelo mercado financeiro, o agronegócio e as mineradoras, esteve posta justamente no absurdo a qualquer falta de limite da extrema direita na promessa de garantia aos altos lucros de tais setores. Fato que nos recorda em muito o exemplo do documentário "The Corporation" (2003), quando a Suprema Corte de Justiça norte-americana conclui que uma corporação, aos olhos da lei, é uma "pessoa física". Entretanto, após os diretores Mark Achbar e Jennifer Abbott analisarem a atuação das corporações no mundo, o seu trato à força-de-trabalho e ao meio ambiente, a sentença a que chegam é que, tratando-se de uma 'pessoa física', falamos de um psicopata grave, desprovido de qualquer empatia. Em síntese, uma ameaça. No caso de Bolsonaro, talvez o capital tenha encontrado a sua autoimagem através de um candidato avesso a qualquer traço de

humanidade ou empatia. Como bem explicou o declarado neoliberal Flávio Miranda da Empresa Empiricus ao Jornal El País (2018),

Não há uma relação histórica entre democracia e crescimento econômico [...] A prioridade é que uma reforma da Previdência e um ajuste fiscal sejam realizados para, na avaliação do mercado, reacender o motor econômico. Avaliando uma situação hipotética, [...] caso o Congresso fosse fechado e uma reforma da Previdência aprovada na marra, a bolsa subiria.

Ao final do primeiro turno das eleições, um fato já era claro: a aventura econômica das distintas frações do capital, apoiadas pelas igrejas neopentecostais, com farto uso de *fake news* e a benção da grande mídia, conduzia o país a escolha de um candidato que incarnava em si um atentado civilizatório. Mas, não foi necessária nem a sua eleição ou a futura posse à presidência para uma "amostra grátis" do caos. Se a barbárie já se constitui como elemento estrutural à formação social brasileira – vide as nossas absurdas taxas de feminicídio, genocídio à juventude negra e assassinato da população LGBT – a tônica fascista de Bolsonaro constituiu a legalidade necessária para o que há de mais arcaico na relação entre classes sociais deste país.

A binômio 'eleições e violência' foi bem captado pela Agência Pública de jornalismo investigativo, a qual registrou 71 casos de violência eleitoral, dos quais 50 foram agressões cometidas por eleitores de Bolsonaro dentre o início do 1º turno até a data de 18 de outubro⁸. A impossibilidade de registros após esta data é devido ao forte envolvimento dos agentes de segurança do Estado nos atos de violência cometidos, o que não apenas impediu a realização de boletins de ocorrência, como intimidou que outras vítimas de agressões fascistas se sentissem seguras para fazê-lo. Exemplo que pode ser visto no relato de uma jovem Doula, abordada por policiais por fazer um estêncil com os dizeres "ele não" em um muro próximo da sua residência em São Paulo:

O policial que me abordou na rua, que me agrediu, que me chutou no chão, que me deu a rasteira, ele olhou para minha cara e falou assim: 'Ele não? Você acha gostoso? Não era isso que você queria? Eu só tiro você daí se você falar 'ele sim' [...] ele começou a gritar no meu ouvido: 'Sua puta, ele sim, sua puta, vagabunda, ele sim. Não vai ter mais nenhum vagabundo igual a você na rua fazendo essas merdas'. Na delegacia, a delegada mandou eu tirar a roupa, algemada. Nisso, eles abriram já uma cela e me botaram lá dentro. Disseram que precisavam averiguar minha roupa, aí me deixaram pelada um tempo dentro da cela. Quem me conduziu e quem pediu para eu tirar a roupa era uma mulher, a delegada Cristiane. Só que enquanto eu estava dentro da cela passaram vários policiais homens, eles me olhavam e riam⁹.

⁸Cf. "Apoiadores de Bolsonaro realizam pelo menos 50 ataques em todo o país". Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>>. Acesso em 18 Dez. 2018

⁹ Idem, Ibidem.

Dos registros de violência identificados pela Agência Pública, apenas 6 agressões foram realizadas contra eleitores de Bolsonaro. O crescimento neofascista, expresso em ódio e intolerância deteve uma concentração regional bem definida: Sudeste (33 casos de violência); Nordeste (18); Sul (14); Centro-Oeste (3) e Norte (3). Sabemos que tais números são apenas uma amostra do que foi a violência cometida no período eleitoral, mas, é a partir destes que podemos extrair o perfil das vítimas. Em sua maioria tratam-se de "minorias" – LGBT's (sobretudo travestis e transexuais), mulheres, lideranças sem-terra e indígenas – e, por último, militantes e ativistas partidários da esquerda (os "vermelhos"). Na Região Sul e Sudeste, a maioria de ataques foram motivados por misoginia e homofobia, em maior índice nas capitais dos Estados; já, no que tange as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as ameaças incluem em maior intensidade grupos indígenas e trabalhadores rurais sem-terra, em municípios do interior.

Falamos, portanto, da violência cometida por eleitores de Bolsonaro, a exemplo do assassinato do **Mestre Moa do Katendê** na Bahia; da transexual **Laysa Fortuna** de 25 anos, esfaqueada e morta em Sergipe¹⁰; da travesti morta a facadas na cidade de São Paulo, cuja identidade permanece negligenciada pelas autoridades públicas e meios de comunicação¹¹; do assassinato do estudante **Charlione Lessa Albuquerque** durante uma carreata pró-Haddad no Ceará, filho da secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário (CNTRV/CUT)¹²; da mulher trans agredida com uma barra de ferro em Nova Iguaçu/RJ¹³; da estudante da UFPR estuprada por defender publicamente a campanha '#elenão'; ou ainda de outra mulher, trabalhadora e agredida a

¹⁰Cf. "Militantes reagem a morte de mulher trans no Sergipe". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/militantes-reagem-morte-de-mulher-trans-no-sergipe-23177708>>. Acesso em 06 Dez. 2018.

¹¹Cf. "Travesti é morta a facadas por eleitores de Bolsonaro". Disponível em: <<https://revistaladoa.com.br/2018/10/noticias/travesti-e-morta-a-facadas-em-sao-paulo-por-eleitores-de-bolsonaro/>>. Acesso em 06 Dez. 2018.

¹²Cf. MARTINS, Paulo. "Jovem é assassinado a tiros em carreata pró-Haddad em Pacajus, no Ceará". Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/10/27/jovem-e-assassinado-a-tiros-em-carreata-pro-haddad-em-pacajus-no-ceara.ghtml>>. Acesso em 06 Dez. 2018.

¹³Cf. "Ex-Furacão 2000, mulher trans é atacada com barra de ferro por apoiadores de Bolsonaro". Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/10/5582426-ex-furacao-2000-mulher-trans-e-atacada-com-barra-de-ferro-por-apoiadores-de-bolsonaro.html#foto=1>>. Acesso em 06 Dez. 2018.

tesouradas em Minas Gerais, no bairro de Piratininga, por criticar Bolsonaro em um bar¹⁴.

No que diz respeito ao campo, apesar de intensidade semelhante, a violência deteve outros determinantes. Neste caso, tratou-se da disputa da grilagem latifundiária por terras então destinadas à preservação ambiental, reservas indígenas ou com finalidade à Reforma Agrária. O que reportagens publicadas pela Ong Repórter Brasil, Agência Pública, Agência Brasil, Jornal Brasil de Fato e mídias alternativas sinalizam é para o crescimento das ações violentas das milícias no campo imediatamente após o resultado do 1º turno das eleições. Segundo a Ong Repórter Brasil (2018) a "escalada de violência" é característica ao que se sucedeu entre os dias 10 a 12 de outubro, com um assassinato violento ao dia, relacionado à disputa por terras. Das vítimas, uma era liderança sem-terra no Pará, e as outras duas indígenas. Primeiro, nos reportamos a **Aluisio Sampaio** – o "Alenquer", militante do MST e do Sindicato de Trabalhadores/as da Agricultura Familiar, e sua incômoda atuação aos interesses do agronegócio na área mais violenta da bacia dos Tapajós e de maior índice de desmatamento da região amazônica. Quando alvejado com oito tiros na cabeça, Alenquer usava um colete à prova de balas que recebeu após ser registrado em um programa de proteção do governo. O seu trabalho era auxiliar as famílias camponesas sem-terra a ocupar e permanecer em terrenos às margens da rodovia BR-163 – área destinada pelo governo federal para realizar a reforma agrária.

Das vítimas indígenas, tratava-se de **Erivelton Tenharin**, atingido em um tiroteio na sede da Funai em Colniza/MT, alvo de um esquema arquitetado por madeireiros como denuncia em nota a "Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto"¹⁵; bem como, **Davi Mulato Gavião**, assassinado em Amarante/MA, ao atuar também contra a presença de madeireiros no território indígena. Dentre as demais ações de violência no campo, podemos nos recordar da noite de 27 de outubro, véspera do segundo turno, quando aos gritos de "Bolsonaro" homens ateiaram fogo ao

¹⁴OLIVEIRA, Cinthya. "Mulher é agredida a tesouradas após discussão por política". Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/mulher-%C3%A9-agredida-a-tesouradas-ap%C3%B3s-discuss%C3%A3o-por-pol%C3%ADtica-veja-v%C3%ADdeo-1.665358?fbclid=IwAR0Y6raHrroJZlIFKdrljB0tghfGmRw5v7GBpuz-TB8VG3lBvLTPX_C_wD0>. Acesso em 06 Dez. 2018.

¹⁵ Cf. Nota da Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (APITIPRE). Disponível em: <<https://indigenistasassociados.org.br/2018/10/25/nota-da-associacao-do-povo-indigena-tenharin-do-igarape-preto-apitipre/>>. Acesso em 02 Dez. 2018.

acampamento do MST "Sebastião Bilhar"/MS, composto por 240 famílias¹⁶. Ou, no dia seguinte ao 2º turno, quando é realizado o ataque a tiros à aldeia de Bororó/MS (Reserva Indígena de Dourados), deixando quatro feridos por balas de borracha e dois jovens atingidos por projéteis de armas de fogo¹⁷. Além da violência contra o grupo indígena Pakararu/PE por meio do incêndio da única escola e posto de saúde de sua região, responsável por atender 500 pessoas/mês. Diante da barbárie promovida por seu eleitorado, a resposta dada pelo presidenciável aos jornais é irresponsável como o seu programa de governo: lamenta as agressões, diz não controlar apoiadores e avalia que o clima "não está muito bélico"¹⁸.

2. A censura

A Folha de S. Paulo publica no dia 18 de outubro a denúncia de 'Caixa 2' utilizada pelo candidato do PSL à presidência. Tratou-se da prática ilícita, vedada pela legislação eleitoral, de doação financeira empresarial por meio de serviços através da compra de disparos em massa de mensagens por whatsapp contra o PT. Cada disparo custou em média R\$ 12 milhões de reais. Após a reportagem, a Folha de S. Paulo precisou entrar com representação no TSE, solicitando à Polícia Federal a instauração de inquérito para apurar ameaças contra a jornalista Patrícia Campos Mello (autora da matéria) e o diretor do Datafolha, Mauro Paulino. Em apenas quatro dias após a data de publicação da matéria um dos números de whatsapp mantido pelo jornal recebeu mais de 220 mil mensagens de ataques e ameaças. No caso de Patrícia, o seu whatsapp foi hackeado; sofreu ameaças por telefone de uma voz masculina; e grupos de apoio à Jair Bolsonaro mobilizaram eleitores para confrontá-la pessoalmente em um evento onde seria mediadora.

Mas, Patrícia não foi a única. Segundo a 'Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo' (ABRAJI), mais de 140 profissionais sofreram algum tipo de violência em contextos político e eleitoral em 2018: agressões físicas correspondem a 62

¹⁶ SUDRÉ, Lu. Eleitores de Bolsonaro ateiaram fogo em acampamento do MST no Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/eleitores-de-bolsonaro-ateiam-fogo-em-acampamento-do-mst-no-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em 02 Dez. 2018.

¹⁷ RODRIGUES, Alex. Comunidades indígenas denunciam ao menos quatro ataques em MS e PE. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-10/comunidades-indigenas-denunciam-ao-menos-quatro-ataques-no-ms-e-em>>. Acesso em 02 Dez. 2018.

¹⁸ FERNANDES, Talita. Bolsonaro lamenta agressões, mas diz não controlar apoiadores. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-lamenta-agressoes-mas-diz-nao-controlar-apoiadores.shtml>>. Acesso em 05 Dez. 2018.

registros, e os demais foram praticados via internet. Até mesmo o Jornal 'Brasil de Fato' deteve 30 mil exemplares de sua edição impressa sobre as eleições recolhidos pela Justiça Eleitoral.

A universidade – a nossa trincheira do pensamento crítico – foi o alvo de preferência da Justiça Eleitoral. Segundo o ANDES (2018), 18 instituições de ensino superior e 3 sindicatos (ADUFCG, SEPE-RJ e CNTE) sofreram alguma forma de coação e censura pela Justiça Eleitoral, cuja razão foram as manifestações antifascistas e em defesa da democracia¹⁹. O caso mais emblemático foi a da Juíza Maria Aparecida da Costa Bastos (titular da 199ª Zona Eleitoral do TRE-RJ) que ordenou a retirada da bandeira antifascista da Faculdade de Direito da UFF, bem como, determinou a prisão do seu diretor, por alegar propaganda eleitoral negativa à candidatura de Jair Bolsonaro. Muito elucidativo, não? Já no que tange as atividades suspensas ou interpeladas pela justiça ou forças do Estado, esteve a proibição do evento denominado "Contra o Fascismo, pela democracia", na UFRGS (23/10); e no dia 25/10 a proibição da aula pública "Esmagar o Fascismo", na UFGD; a dificuldade para realização da aula pública "A importância da democracia e da Constituição Cidadã de 1988" na UFMS; e a intimidação por fiscais do TRE à 'Assembleia contra o Fascismo' organizada por estudantes da UFRJ e UFF/Macaé.

Por fim, no que diz respeito ao assédio e coação eleitoral, os números apenas são equiparáveis aos praticados na República Velha. A Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) registrou até a data de 20/10/2018 o total de 199 denúncias em 14 estados relacionadas a coação eleitoral. Ou seja, quando donos de empresas ou superiores coagem a escolha política dos seus empregados ou subordinados. O Sul do país concentrou os maiores índices: 79% das denúncias, com destaque ao Estado de Santa Catarina (100 casos). Se Luciano Hang, proprietário da empresa Havan, chocou o país ao coagir e ameaçar os seus funcionários, o mesmo se sucedeu em diferentes locais. A empresa Komeco, produtora de ar-condicionado com sede em Santa Catarina, enviou ao final do segundo turno das eleições o seguinte áudio aos seus trabalhadores: "Semana que vem pessoal, é uma semana que aqui na empresa nós estamos chamando de semana

¹⁹Cf. "Em todo o país, universidades são alvo de ações policiais e da Justiça Eleitoral". <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9760>>. Acesso 18 Dez. 2018.

do Bolsonaro (...). Vai ser a semana que a gente vai trabalhar a semana inteira uniformizado de Bolsonaro: carro adesivado e camiseta vestida"²⁰.

Enquanto a grande mídia brasileira felicitava a vitória de Bolsonaro nas urnas, jornais internacionais noticiavam o real. Mas, talvez, nenhuma síntese tenha sido mais sincera do que a de Eric Nepomuceno à mídia latino-americana: "Urnas brasileñas parieron a um Pinochet"²¹. Diante de tal barbárie, não há dúvidas quanto ao lado de nossas trincheiras: seremos resistência! Consideramos para isso dois elementos: que a luta por democracia é orgânica a luta por direitos sociais fundamentais – a luta contra a Reforma da Previdência; pela revogação da Reforma Trabalhista e da EC 95 – sobre a defesa dos direitos sociais não podemos titubear, nem por um minuto. E, em segundo, que a resistência neste país possui classe, identidade étnico-racial e gênero bem definidos. Não é por menos que as ações empreendidas pela categoria profissional, expressas nas campanhas e orientações do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS demonstram a sua firme posição antifascista, em defesa da democracia, da diversidade e dos direitos sociais:

- 02/09 - Publicação do CFESS-Manifesta: "Intervenção militar no Rio e o fantasma da ditadura. Não nos esqueceremos"
- 27/09 - Chamada pública do CFESS: "Dia 29 de setembro é dia de irmos às ruas defender o direito e a vida das mulheres, referenciados num projeto social emancipatório".
- 17/10 - Lançamento do Manifesto "ABEPSS em defesa da Democracia e contra o Fascismo"
- 22/10 - CFESS lança novo manifesto sobre a conjuntura brasileira: "É preciso não ter medo, é preciso ser maior. Riscos à democracia e violações de Direitos Humanos: o Serviço Social seguirá na resistência!"
- Conjunto CFESS/CRESS (Gestão 2017-2020) - Campanha "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo".

Próxima Coordenação do GTP Serviço Social e Movimentos Sociais (2019-2020)

²⁰Cf. "28 empresas são apontadas pelo Ministério Público por coação pró-Bolsonaro". Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/empresas-coacao-pro-bolsonaro.html>>. Acesso em 18 Dez. 2018.

²¹ NEPOMUCENO, Eric. Las urnas parieron a um Pinochet. <<https://www.pagina12.com.ar/151960-las-urnas-parieron-a-un-pinochet>>. Acesso 18 Dez. 2018.

Em debate, os presentes no Colóquio do GTP de Serviço Social e Movimentos Sociais, aprovaram em plenária no XVI ENPESS (2018) a seguinte proposta de plano de ação para o biênio 2019-2020, bem como a sua nova coordenação:

- Difusão e mobilização para o debate fomentado pelo CFESS Manifesta intitulado ‘O trabalho de Assistentes Sociais junto aos movimentos sociais’, o qual apresenta em formato sintético e didático algumas reflexões e tendências para a atuação profissional junto a organizações da classe trabalhadora;
- Avançar na construção dos parâmetros de atuação profissional junto aos movimentos sociais, em parceria com o Conjunto CFESS/CRESS, tomando como preocupação crucial as demandas por recorrentes vezes postas aos/às assistentes sociais em seus espaços de trabalho de ações de cunho punitivista que inscrevem a atuação profissional como força auxiliar da repressão aos movimentos sociais organizados e, portanto, em direção contrária ao construído e expresso pelo projeto ético-político da profissão;
- Articulação com os profissionais que atuam em programas e projetos de extensão universitária e que se propõem a construir experiências de articulação e trabalho conjunto com os movimentos sociais e organizações populares, os quais apresentam também significativa relevância para a função pública da universidade, para a formação profissional em Serviço Social e para a própria organização dos movimentos sociais em seus territórios. Iniciativa que vem a somar com o Plano Nacional de Extensão Universitária: “a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares” (FORPROEX, 2001, p. 02);
- Continuar a avaliação sobre a inserção do conteúdo de Movimentos Sociais nos Currículos das Unidades de Formação Acadêmica (UFA’s), questionando a respeito da incorporação e do desenvolvimento da temática *Movimentos Sociais* na formação profissional em Serviço Social, especialmente no que diz respeito às tendências teóricas predominantes nos conteúdos ministrados e expressos em programas, ementas, autores e bibliografias adotadas;

- Continuar o trabalho de organização de um acervo virtual sobre a história do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) a partir da sua produção bibliográfica, documentos, imagens e vídeos enviados pelos pesquisadores e demais colaboradores, considerando que historicamente a juventude vem assumindo papel importante no campo da atuação política, com significativa intervenção na conjuntura nacional e inserção nos mais diversos espaços de participação política e movimentos sociais, entre os quais, destacamos, especialmente, o Movimento Estudantil (ME) como sendo o que mais aglutina e organiza este segmento. No âmbito do Serviço Social, particularmente, o movimento estudantil vem pautando sua ação política numa perspectiva contestadora à ordem social vigente e de compromisso com a classe trabalhadora, sendo sujeito partícipe do processo de construção e reafirmação do Projeto Ético-Político profissional;
- Articular um observatório dos processos de criminalização dos movimentos sociais, com intuito de acompanhamento e enfrentamento coletivo, dada a reconhecida ascensão fascista sobre as instituições do Estado brasileiro.

Certamente as ações sumariadas não abrangem a totalidade da agenda política do GTP, embora representem as principais ações para o próximo período. Notadamente, não nos restam dúvidas de que um dos caminhos para avançarmos na ruptura com o conservadorismo e resistir ao cenário contemporâneo é o fortalecimento da relação com movimentos sociais, organizações e partidos políticos que permanecem na resistência anticapitalista, contribuindo diretamente para a consolidação de uma cultura profissional de cariz crítico, contraposta à hegemonia dominante.

Composição do GTP (biênio 2018-2019):

Nome/ UFA	E-mail
Coordenação geral	
Clariça Ribeiro (UFCG)	clarica.ribeiro@gmail.com
Leile Teixeira (UFRJ)	leileteixeiragyn@gmail.com
Laurinete R. da Silva (UERR)	laurinetersilva@gmail.com
Evelyn da Silva (IFCE)	eevelinebruno@gmail.com
Coordenação ampliada	

Katia Marro (UFF/RO)	katiamarro@gmail.com
Maria Beatriz Costa Abramides (PUC/SP)	biabramides@gmail.com
Maria Lucia Duriguetto (UFJF)	maluduriguetto@gmail.com
Sâmbara Paula Ribeiro (UECE)	sambarapaula@hotmail.com
Morena Gomes Marques (UNIRIO)	morenamarques@yahoo.com.br
Eblin Farage (UFF)	farage.eblin@gmail.com
Maria Inês Souza Bravo (UERJ)	mibravo@uol.com
Ana Maria de Souza Vasconcelos (UERJ)	ana.dataclima@gmail.com
Josefa Batista Lopes (UFMA)	josefablopes@uol.com.br
Michelly Elias (UnB)	michelesuave@hotmail.com
Luci Faria Pinheiro (UFF)	farialuci@uol.com.br
Elaine Pelaez (Estudante PPGSS/UERJ)	elainespelaez@yahoo.com.br
Tassia Monte Santos (UFRN)	tassia.s.social@hotmail.com
Liana Brito (UECE)	lianabrito@uol.com.br
Sandra Cruz (UFPA)	shelena@ufpa.br
Sabrina Dias (mestranda UFF)	
Ana Targina Ferraz (UFES)	anatargina@uol.com.br